

Grupos de Pesquisa sobre relações raciais no Diretório do CNPq

Nicácia Lina do Carmo

Bibliotecária (UFC); Mestra em Ciência da Informação (UFPE); Doutoranda em Educação (UFC).

nicaciaufc@yahoo.com.br

Joselina da Silva

Professora associada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais pela (UERJ); Orienta mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora do Núcleo de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais (N'BLAC).

joselinajo@yahoo.com.br



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-Compartilhalqual 3.0 Brasil](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/).

Resumo

Relata estudo realizado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP) registrados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Contempla o objetivo de identificar os grupos de pesquisa sobre relações raciais, destacando as temáticas: igualdade racial, mulher negra, ações afirmativas, racismo institucional, movimento negro e africanidades. Apresenta uma pesquisa exploratória por meio das buscas e recuperação dos dados no Diretório e desenvolve uma revisão bibliográfica sobre as temáticas estudadas nesta pesquisa. Expõe as áreas, regiões e instituições, das quais fazem parte os grupos de pesquisa. Realiza um recorte sobre as pesquisadoras líderes da região nordeste na área da educação. Conclui refletindo sobre as análises realizadas por meio dos resultados obtidos durante a recuperação dos dados e destacando a relevância do DGP e da importância de criação de novos grupos de pesquisa.

Palavras-chave: Grupos de Pesquisa. Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Relações raciais.

Race Relations Research Groups in the CNPq Directory

Abstract

Reports study conducted in the Directory of Research Groups in Brazil (DGP) registered by the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq). It aims to identify the research groups on race relations, highlighting the themes: racial equality, black woman, affirmative action, institutional racism, black movement and Africanities. It presents an exploratory research by searching and retrieving data in the Directory and develops a literature review on the themes studied in this research. It exposes the areas, regions and institutions of which the research groups are part. It makes a cut about the leading researchers of the northeast region in the area of education. It concludes by reflecting on the analyzes performed through the results obtained during data retrieval and highlighting the relevance of DGP and the importance of creating new research groups.

Keywords: Research Groups. CNPq Research Groups Directory. Race relations.

1 Introdução

O estudo sobre relações raciais é de suma importância em todas as áreas do conhecimento, sem distinção de cor ou gênero. Neste sentido, as fontes de informação tornam-se canais propulsores de disseminação e acesso à informação. Como exemplo, pode-se citar a base de dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), disponível na Internet para livre acesso. O diretório armazena grupos de

pesquisa registrados de todo o Brasil, incluindo as diversas áreas do conhecimento. Contempla universidades federais, estaduais, municipais e privadas, entre outras instituições de ensino superior, devendo ter curso de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pela CAPES/MEC (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, [2014?]).

Este trabalho tem como objetivo investigar a abrangência dos grupos de pesquisa sobre relações raciais no diretório do CNPq, que desenvolvem estudos sobre as temáticas: igualdade racial, mulher negra, ações afirmativas, racismo institucional, movimento negro e africanidades. Realiza um recorte de gênero na região nordeste, buscando identificar as pesquisadoras líderes dos grupos de pesquisa na área da educação, uma vez que se trata de uma das áreas mais representativas no que concerne aos estudos sobre as temáticas pesquisadas neste trabalho.

Faz-se necessário citar a Lei 10.639/03/LDB que obriga o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas, almejando resgatar as contribuições que a população negra proporcionou e proporciona para a sociedade brasileira, procurando minimizar muitos estereótipos desenvolvidos em relação aos (às) negros (as). A referida Lei preconiza o reconhecimento da cultura, história e luta da população negra ao longo dos anos.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, as instituições de todos os níveis de ensino, inclusive superior precisarão providenciar: “Incentivo, pelos sistemas de ensino, a pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros e indígenas [...]”. (BRASIL, 2004, p. 24).

Este trabalho faz parte da tese de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará e procura contribuir para o aperfeiçoamento dos conhecimentos a respeito das temáticas africanas e afro-brasileiras, como também proporcionar a motivação para um posicionamento favorável ao cumprimento da Lei supracitada, assim como ao entendimento e reconhecimento sobre a identidade de cada indivíduo e as relações estabelecidas entre eles

2 Lei 10.639/03: contribuições do Movimento Negro

A luta pela inserção da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares já ocorria há muitos anos anteriormente à aprovação da Lei 10.639/03, demonstrando não se tratar de uma ação totalmente governamental, mas de luta da população negra e do Movimento Negro Unificado (MNU).

Nesse contexto, é relevante reconhecer o papel desempenhado pela III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, em Durban, na África do Sul. Por conseguinte, a Declaração de Durban (2001), destaca a “[...] importância de se promover a conscientização e proporcionar o treinamento para os vários agentes do sistema de justiça criminal, para assegurar a aplicação justa e imparcial da lei.” A partir da mesma, o Brasil assumiu o compromisso de atuar contra o racismo e a discriminação racial procurando construir políticas em prol da população negra.

Neste sentido, foi sancionada pelo governo Lula, a Lei 10.639/03, em 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, - Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996 - tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o país. Conforme a Lei, (artigo 26-A):

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003, online).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais o “reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira [...]”. (BRASIL, 2004, p. 11). A valorização da diversidade racial se concretiza após a conscientização e respeito da sociedade em relação à história e cultura negra.

Conforme Gomes (2009, p. 4) “A Lei 10.639/03 e suas diretrizes curriculares nacionais são fruto de um processo de lutas sociais e não uma dádiva do Estado”. As diversas mobilizações de movimentos organizados impulsionaram um resultado concreto do governo. Gomes (2009), ressalta a importância da mobilização da sociedade civil, para que dessa forma se possa obter a devida efetivação da Lei. A representação e a modificação desse paradigma podem ocorrer principalmente por meio da educação, uma vez que os processos de ensino, aliados às expectativas da sociedade poderão orientar e promover o aprendizado a respeito da história e cultura negra sem discriminações.

O Movimento Negro (MN) compreende um grupo de pessoas que lutam em prol da mesma causa, contra o preconceito, a discriminação racial, por igualdade, políticas públicas e ações afirmativas que contribuam para uma educação antirracista para população negra contemplando a história e cultura africana e afro-brasileira. O MN é um dos grandes responsáveis pelas conquistas alcançadas nas esferas políticas e educacionais que contribuem para a educação das relações etnicorraciais. Foi um grande propulsor para a conquista de políticas públicas para a população negra, alcançadas por meio das articulações e fortalecimento do Movimento Social Negro.

O Movimento Negro “ressignifica” e “politiza” a ideia já existente sobre raça fazendo compreender como ela pode atuar na “construção de identidades étnico-raciais” (GOMES, 2017). Ao politizar a raça, o Movimento Negro desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social (GOMES, 2017, p. 22).

Neste sentido, a Lei 10.639/03 foi sancionada para minimizar o estereótipo negativo que se tem em relação aos(as) negros(as), principalmente representados(as) nos livros didáticos. O ensino da história e cultura africana e afro-brasileira não é instituído apenas no ensino básico, mas também nas universidades.

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico- Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004 (BRASIL, 2004, p. 31).

O conhecimento sobre a história e cultura dos(as) negros(as) impulsiona o desenvolvimento de trabalhos e pesquisas sobre o assunto e resulta no crescimento da produção e comunicação científica sobre essa temática. Dessa forma, surge uma maior visibilidade a respeito da história e cultura africana e afro-brasileira.

2.1 Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (CNPq)

O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil teve início em 1992, composto por uma base corrente de busca, que proporciona acesso aos grupos de pesquisa e aos censos com dados estatísticos bianuais. As pesquisas podem ser realizadas por meio de diversas variáveis, grupos, linhas de pesquisa, pesquisadores, estudantes e produção C, T & A, palavra-chave da linha de pesquisa, entre outros filtros (DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL, 2014). A busca textual supracitada, ocorre na base corrente, que se divide em buscar grupos e acessar o diretório.

Para a Busca Textual, a base de dados do Diretório disponibiliza, além das informações cadastradas pelos grupos de pesquisa, informações complementares que foram migradas da base de currículos Lattes, como, por exemplo, as referentes à produção científica, tecnológica e artística dos integrantes dos grupos. Possui também informações migradas do Sistema Gerencial de Fomento do CNPq (bolsistas de pesquisa - PQ, PV, DCR e RD ativos em junho de 2002) e do Sistema Coleta/Capes, ano-base 2001 (docentes NRD5 - conceitos resultantes da avaliação 2001) (DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL, 2014).

O CNPq lançou uma nova versão do Diretório em 23 de abril de 2014, com novas ferramentas de busca e melhor estruturação de *layout* do site, com o intuito de ampliar a quantidade de acessos e pesquisas, assim como ocorre com a Plataforma Lattes.

As pesquisas no DGP contemplam as especificidades de cada grupo e as relações estabelecidas entre participantes e produções científicas de cada autor.

As informações nele contidas dizem respeito aos recursos humanos constituintes dos grupos (pesquisadores, estudantes e técnicos), às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos, à produção científica, tecnológica e artística e às parcerias estabelecidas entre os grupos e as instituições, sobretudo com as empresas do setor produtivo (DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL, 2014).

Essa plataforma torna-se meio de divulgação das pesquisas desenvolvidas e em andamento, possibilitando assim o conhecimento dos grupos de pesquisa e a troca de informações tanto dos pesquisadores como de usuários do Diretório. Propicia o estabelecimento de relações entre esses participantes e usuários. Permite também o acesso ao Currículo Lattes dos (as) pesquisadores(as) pertencentes aos grupos e às linhas de pesquisa.

A utilização do Currículo Lattes é obrigatória por todos(as) os(as) pesquisadores(as) e estudantes pertencentes aos grupos de pesquisa, sendo exigência para participação no Diretório. A medida se fez necessária a partir de 2002, almejando estabelecer uma relação entre as produções dos pesquisadores e os grupos que participam no DGP. Dessa forma, é propiciado o acesso às produções científicas de cada integrante dos grupos (DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL, 2014).

A produção dos (as) pesquisadores (as) deve refletir benefícios para a sociedade e não ser pautada apenas nos interesses de estudos de quem desenvolve a pesquisa. Os conhecimentos são adquiridos e assim disseminados fortalecendo a rede de comunicação e troca de experiências entre a sociedade científica.

A comunicação científica proporciona o reconhecimento dos (as) pesquisadores (as) de forma nacional e internacional, dependendo dos suportes informacionais onde são publicados seus trabalhos e da relevância da temática para a área que desenvolve estudos sobre a pesquisa divulgada. Dessa forma, ressalta-se a importância da criação de grupos de pesquisa, para estabelecer relações entre os membros pesquisadores e suas áreas de interesse, contribuindo para o surgimento de novos estudos.

3 Procedimentos Metodológicos

O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil é a fonte de informação desta pesquisa, colaborando com as buscas realizadas na base corrente para recuperação dos dados que realizam estudos sobre relações raciais. Destarte, destacar as áreas que realizam esses estudos com maior ênfase.

Este trabalho é norteado por uma pesquisa de abordagem quantitativa, “investigação que se apóia predominantemente em dados estatísticos. [...] Não significa não poder incluir dados qualitativos. [...] as quantidades podem representar, ainda, por convenção, qualidades outras além daquelas que lhes são imanentes ou intrínsecas. (RODRIGUES, 2007). Sendo assim, este estudo abrange também a pesquisa qualitativa, porque não está limitado somente aos dados quantitativos, mas contempla análises a respeito do desenvolvimento e resultados obtidos. Quanto à natureza, este estudo é conduzido por meio de uma investigação exploratória, visando a ampliação e desenvolvimento de pesquisas sobre as áreas que envolvem as temáticas estudadas neste trabalho, contemplando também a revisão bibliográfica.

O referencial teórico é realizado por meio de uma revisão bibliográfica utilizando diversas fontes informacionais para o desenvolvimento da pesquisa. O universo de estudo, trata-se dos grupos de pesquisa presentes no Diretório do CNPq. A realização desta pesquisa compreende a investigação, busca e recuperação dos grupos de estudos presentes no DGP. Para efetivação das buscas foram utilizados os seguintes termos pré-selecionados: igualdade racial, mulher negra, africanidades, ações afirmativas, racismo institucional e movimento negro.

Os termos utilizados nesta pesquisa justificam-se pela necessidade de identificar de forma específica, os assuntos estudados pelos grupos de pesquisa e realizar a separação deles por temáticas. Destarte, por estes motivos não foram utilizados os

termos negro e negra, para recuperação dos dados. É importante destacar também, que alguns dos grupos podem repetir-se em ambas as buscas devido a similaridade de objetivos.

A seleção e identificação dos grupos de pesquisa foram realizadas por meio da busca na plataforma do Diretório do CNPq, através da base corrente, aplicando todos os filtros seguintes: nome do grupo, nome da linha de pesquisa, palavras-chave, repercussões do grupo, nome do líder, nome do pesquisador, nome do estudante, nome do técnico, nome do colaborador estrangeiro e nome da instituição parceira. A partir dos mesmos ocorreu também a análise do título, seus objetivos e palavras-chave. Os filtros foram utilizados com o intuito de não perder nenhuma informação que fosse importante para identificar as temáticas dos grupos de pesquisa, que tratam sobre relações raciais.

Por conseguinte, foram elaborados os quadros demonstrando a quantidade de grupos por temáticas, áreas, regiões e intuições a que pertencem. As buscas realizadas no Diretório permitiram a recuperação de 193 grupos de pesquisa, incluindo todas as temáticas, as quais subdividem-se da seguinte forma: Mulheres Negras: 14 grupos; Africanidades: 38 grupos; Ações Afirmativas: 76 grupos; Igualdade Racial: 21 grupos; Racismo Institucional: 7 grupos e Movimento Negro: 37 grupos.

4 Grupos de Pesquisa: resultados

Os resultados a seguir fazem parte dos dados recuperados durante as buscas realizadas no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. Inicialmente faz-se importante ressaltar a quantidade geral dos grupos de todas as temáticas cadastrados no diretório, conforme súmula estatística por área do conhecimento do ano de 2016.

Quadro 1 - Distribuição dos grupos de pesquisa segundo a área do conhecimento predominante nas atividades do grupo, 2016.

Área do conhecimento	Total de grupos	Grupos sobre relações raciais
Educação	3595	81
Direito	1386	8
Saúde Coletiva	1079	8
Letras	966	14
História	912	22
Linguística	908	3
Psicologia	884	2
Artes	781	-
Enfermagem	683	2
Sociologia	663	16
Geografia	572	3
Antropologia	393	23
Ciência Política	387	8
Serviço Social	310	3
Planejamento Urbano e Regional	233	1
Museologia	30	1
Demografia	20	2

Fonte: Adaptado de DGP (2019).

Os dados acima foram recuperados da última súmula estatística do ano de 2016, que representa a quantidade geral de grupos de pesquisa por área, no diretório. Podemos constatar, a partir do quadro acima, que embora a área da educação tenha sido a que mais contempla grupos de pesquisa sobre relações raciais, totalizando 81, este número ainda corresponde a menos de 3% da quantidade geral de grupos **3595**.

Existe uma grande necessidade da criação de novos grupos de pesquisa, para uma maior representatividade no Diretório sobre os estudos que contemplam as temáticas referentes às relações raciais. Vale ressaltar, que podem existir diversos grupos que não constam nessa plataforma do CNPq, a qual exige que o (a) pesquisador (a) tenha a titularidade de doutor (a) para cadastrar um grupo de pesquisa. O quadro abaixo representa as áreas, temáticas e quantidades de grupos.

Quadro 2- Grupos de pesquisa sobre as temáticas pesquisadas por área

ÁREA	GRUPO Mulheres Negras	GRUPO Africanidades	GRUPO Ações Afirmativas	GRUPO Igualdade Racial	GRUPO Racismo Institucional	GRUPO Movimento Negro	TOTAL
Antropologia	2	1	13	1		6	23
Direito			4	4			8
Educação	3	23	39	5	2	9	81
Geografia			1	1		1	3
História	2	5	3	2		10	22
Ciência Política	1		3	2		2	8
Letras	1	8	3	2			14
Enfermagem	2		—				2
Psicologia		1	—			1	2
Sociologia	2		7	1		6	16
Saúde Coletiva	1		—	3	4		8
Serviço social			2			1	3
Planejamento urbano e regional			—			1	1
Demografia			1		1		2
Linguística			3				3
Museologia			1				1
	14	38	81	21	7	37	

Fonte: Elaborado pela autora.

Pode-se perceber que “Educação” é a área mais presente nos dados, no entanto as temáticas mais estudadas nos grupos de pesquisa dentro dessa área são africanidades (23 grupos) e ações afirmativas (39 grupos), que também está presente na antropologia com 13 grupos. A temática Movimento Negro é representativa na “História” com 10 grupos de pesquisa. Portanto, a temática que apresenta menos grupos de pesquisa é racismo institucional, estando presente apenas na Educação, Saúde Coletiva e Demografia.

A partir dos termos pesquisados no Diretório, foram recuperados 193 grupos de pesquisa, incluindo todas as temáticas, as quais subdividem-se da seguinte forma: Mulheres Negras: 14 grupos; Africanidades: 38 grupos; Ações Afirmativas: 80 grupos; Igualdade Racial: 21 grupos; Racismo Institucional: 7 grupos e Movimento Negro: 37 grupos. As temáticas mais representativas nos grupos de pesquisa são ações afirmativas, africanidades, Movimento Negro e igualdade racial.

O quadro 3, representa as instituições que possuem grupos de estudos por regiões. As regiões mais representadas foram nordeste e sudeste com 23 e 30 instituições respectivamente. As regiões Norte, Centro-Oeste e Sul possuem 6, 11 e 16 instituições nesta ordem, totalizando 86 instituições que possuem grupos de pesquisa registrados no Diretório do CNPq, que tratam a respeito das temáticas estudadas neste trabalho.

Quadro 3 - Regiões e instituições

REGIÕES	INSTITUIÇÕES
NORTE	Universidade Federal do Pará
Instituições (Federais)	Universidade Federal do Oeste do Pará

	<p>Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará Universidade Federal do Acre Universidade Federal do Amazonas Universidade do Estado do Pará</p>
<p>NORDESTE Instituições (Estaduais, Federais e Privadas)</p>	<p>Universidade do Estado da Bahia Universidade Federal da Bahia Instituto Federal da Bahia Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Universidade Federal do Ceará Universidade Federal do Recôncavo da Bahia Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) Universidade Federal do Maranhão Universidade Estadual do Maranhão Universidade de Pernambuco Universidade Federal de Pernambuco Universidade Federal Rural de Pernambuco Centro Universitário de João Pessoa Universidade Federal de Campina Grande Universidade Regional do Cariri Universidade Católica do Salvador Universidade Federal de Alagoas Universidade Estadual de Alagoas Instituto Federal de Alagoas - Matriz Universidade Federal da Paraíba Universidade federal do Vale do São Francisco Universidade Federal do Piauí Universidade Estadual de Santa Cruz</p>
<p>CENTRO-OESTE Instituições (Estaduais, Federais e Privadas)</p>	<p>Centro Universitário de Brasília Universidade de Brasília Instituto Federal de Brasília Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Universidade Federal da Grande Dourados Universidade do Estado de Mato Grosso Universidade Federal de Mato Grosso Universidade Estadual de Goiás Universidade Federal de Goiás Instituto Brasileiro de Museus</p>
<p>SUDESTE Instituições (Estaduais, Federais e Privadas)</p>	<p>Universidade Federal Fluminense Universidade Federal do Rio de Janeiro Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Universidade do Estado do Rio de Janeiro Instituto Federal do Rio de Janeiro Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro Pontifícia Universidade Católica de Campinas Universidade Federal de São Carlos Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Campus JK Universidade Presbiteriana Mackenzie Universidade Ibirapuera Faculdades Integradas de Vitória Universidade Salgado de Oliveira Universidade de São Paulo Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Universidade Federal do ABC Fundação Carlos Chagas Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora Universidade Federal de Juiz de Fora Universidade Paulista Colégio Pedro II – RJ</p>

	Universidade Federal do Espírito Santo Universidade Federal de Uberlândia Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais Universidade Federal de Minas Gerais Universidade do Estado de Minas Gerais
SUL Instituições (Regionais, Estaduais e Federais)	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões Universidade Estadual do Norte do Paraná Universidade Estadual de Maringá Universidade Federal do Paraná Universidade Federal da Integração Latino-Americana Fundação Universidade Regional de Blumenau Universidade Federal de Santa Catarina Instituto Federal de Santa Catarina Universidade Federal do Rio Grande do Sul Universidade do Vale do Rio dos Sinos Universidade de Passo Fundo Universidade do Extremo Sul Catarinense Universidade Federal de Pelotas Universidade Estadual de Londrina Universidade Estadual de Ponta Grossa Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse contexto, se faz importante destacar as temáticas e áreas que são contempladas pelos grupos de estudos presentes nas instituições. Representa-se abaixo o quadro 4 realizando uma síntese dos dados sobre a quantidade de instituições por temáticas e áreas a que pertencem os grupos de pesquisa, demonstrando o quantitativo de instituições nas áreas mais representadas.

Quadro 4 - Síntese do quantitativo de instituições por áreas e temáticas

TEMÁTICAS	INST.	ÁREAS
MULHERES NEGRAS	13 INST.	Antropologia, Educação (3) , História, Ciência Política, Letras, Enfermagem, Sociologia, Saúde Coletiva
AFRICANIDADES	32 INST.	Antropologia, Educação (19) , História, Letras, Psicologia.
AÇÕES AFIRMATIVAS	55 INST.	Antropologia (12) , Direito, Educação (26) , Geografia, História, Ciência Política, Letras, Sociologia, Serviço Social, Museologia e Linguística.
IGUALDADE RACIAL	16 INST.	Antropologia (12), Direito, Educação (4) , História, Ciência Política, Letras, Saúde Coletiva (3)
RACISMO INSTITUCIONAL	8 INST.	Educação (2) , Saúde Coletiva (4) , Demografia, Linguística.
MOVIMENTO NEGRO	31 INST.	Antropologia (6) , Educação (8) , Geografia, História (8) , Ciência Política, Psicologia, Sociologia, Serviço Social, Planejamento urbano e regional
LEI 10.639/03	36 INST.	Artes, Antropologia, Ciência Política, Educação (17) , História, Letras, Museologia e Sociologia.

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 4 demonstra que a área da educação se destaca em relação à quantidade de instituições que possuem grupos de pesquisa. As temáticas mais representadas são: ações afirmativas, presentes em 55 instituições; Lei 10.639/03 em 36 instituições; africanidades em 32 instituições e Movimento Negro em 31 instituições. Destas temáticas, a maioria encontra-se na área da Educação. Importante ressaltar também, que Antropologia se destaca nos estudos sobre ações afirmativas, igualdade racial e Movimento Negro.

Nesse contexto, a partir dos dados recuperados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, buscou-se identificar e representar as pesquisadoras líderes na área da educação, que se trata da mais representativa em relação aos estudos sobre relações raciais, na região do nordeste brasileiro. Sendo assim, segue abaixo, o quadro 5, representado pelos grupos de pesquisa na área da educação presentes na região Nordeste e as pesquisadoras líderes responsáveis pela coordenação dos grupos.

Quadro 5 - Grupos de pesquisa e pesquisadoras líderes da região nordeste na área da educação

Instituição	Grupo	Líder/2º líder	Área/temática
Universidade Federal de Alagoas	Educação e Relações Étnico-Raciais	Nanci Helena Rebouças Franco	Educação/ Movimento Negro
Universidade Federal do Ceará	CEPEP – Cultura, Escola e Práticas Educativas Populares	Kelma Socorro Lopes de Matos/ Sandra Haydée Petit	Educação/ Africanidades
Universidade Federal de Pernambuco	Grupo de Estudo em Religiosidades, Educação, Memórias e Sexualidades	Aurenéia Maria de Oliveira/ Nadia Patrizia Novena	Educação/ Africanidades
Universidade Federal de Campina Grande	Grupo de estudos e Pesquisas em Africanidades e educação	Risomar Alves dos Santos	Educação/ Africanidades
Universidade Federal de Pernambuco	Grupo de Estudos e Pesquisas em Autobiografias, Racismos e Antirracismos na Educação	Auxiliadora Maria Martins da Silva/ Maria da Conceição dos Reis	Educação/ Africanidades
Universidade Federal do Piauí	IFARADÁ – Núcleo de Pesquisa sobre africanidades e afrodescendência	Ana Beatriz Sousa Gomes	Educação/ Africanidades
Universidade Federal do Piauí	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Cidadania – NEPEGEI	Maria do Carmo Alves do Bonfim/ Shara Jane Holanda Costa Adad	Educação/ Africanidades
Universidade Regional do Cariri	Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Reações Étnico-Raciais	Cicera Nunes/Eliacy dos Santos Saboya Nobre	Educação/ Africanidades
Universidade Federal do Piauí	RODA GRIÃO – GEAFro: Núcleo de Estudos sobre Gênero, educação e afrodescendência	Francilene Brito da Silva/ Francis Musa Boakari	Educação/ Africanidades
Universidade do Estado da Bahia	Educação, Desigualdade e Diversidade	Delcele Mascarenhas Queiroz	Educação/Igualdade Racial/Ações Afirmativas
Universidade do Estado da Bahia	CEDIC – Ações Afirmativas e Etnicidade: Ciências, Educação, Gestão e Religiosidades	Florentina da Silva Souza	Educação/ Ações Afirmativas
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	GEPEDET – Grupo de Pesquisa em Educação, Diversidade, Linguagens e Tecnologias	Izanelte Marques Souza/Mara Eugênia Ruggiero de Guzzi	Educação/Ações Afirmativas
Instituto Federal do Maranhão	NEABI/IFMA – Campus Maracanã	Maria do Socorro Coêlho Botelho	Educação/Ações Afirmativas

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro 5, contempla 13 grupos de pesquisa e 20 pesquisadoras líderes. O objetivo da elaboração do quadro foi promover a identificação das pesquisadoras líderes dos grupos de pesquisa da região Nordeste, com o intuito de representar as mulheres nordestinas que coordenam grupos de pesquisa sobre relações raciais na área da educação.

Contudo, percebe-se a relevância dos grupos de pesquisa formados no ambiente acadêmico, podendo contribuir à uma educação antirracista para os discentes e futuros profissionais. Nesse âmbito, proporcionar ações que contribuam para a implementação efetiva da Lei 10.639/03.

5 Considerações Finais

Este trabalho buscou identificar no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, quais os grupos realizam estudos sobre igualdade racial, mulher negra, ações afirmativas, africanidades, racismo institucional e movimento negro, com o intuito de realizar um mapeamento desses grupos, áreas e as instituições que desenvolvem esses estudos.

O Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq permite realizar essa análise em âmbito nacional e por meio do ambiente digital, facilitando o acesso e a recuperação dos dados. Os caminhos delineados nesse estudo foram criteriosos na busca e seleção dos grupos de pesquisa, assim como a identificação das áreas e instituições por meio dos termos previamente selecionados. A partir do mapeamento dos pesquisadores líderes dos grupos de pesquisa da região nordeste, na área da educação foi possível identificar algumas das temáticas predominantes no desenvolvimento de estudos sobre relações raciais.

Faz-se importante ressaltar que o número de grupos de pesquisa recuperados por meio dos termos selecionados, ainda é mínimo em relação à quantidade total de grupos de estudos presentes no Diretório do CNPq. Considero relevante, o entendimento de que podem existir outros grupos de pesquisa que desenvolvem trabalhos sobre as temáticas, entretanto, por não estarem registrados no diretório, não foi possível identificar. Saliento também, a falta de grupos de pesquisa nas áreas da Biblioteconomia e Ciência da Informação, demonstrando uma carência de grupos de estudos nessas áreas. Porém, não significa a inexistência de pesquisas sobre relações raciais nesse contexto.

Contudo, percebe-se a importância das temáticas para sociedade da informação, e as universidades que são as principais propulsoras do desenvolvimento científico e tecnológico, como também, outras instituições e organizações que buscam contribuir para o avanço da ciência. A comunidade científica é a maior responsável pela validação e reconhecimento da produção científica desenvolvida pelos pesquisadores e seus grupos de pesquisa. Os suportes informacionais estão se tornando mais acessíveis conforme a expansão das pesquisas e produções, facilitando dessa forma, o acesso mais rápido aos conteúdos desejados.

Referências

- BRASIL. Presidência da República. Casa civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. [Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm Acesso em: 15 jan. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/portal/index.php?pagina=404&urlProcurada=www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s-Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf> Acesso em: 20 jan. 2019.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **O CNPq**. [2014?]. Disponível em: http://www.cnpq.br/web/quest/apresentacao_institucional Acesso em: 08 jan. 2019.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **O Diretório**. 2014. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-e/> Acesso em: 10 out. 2019.
- DECLARAÇÃO e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. 2001. Disponível em: https://www.inesc.org.br/biblioteca/legislacao/Declaracao_Durban.pdf Acesso em: 15 jan. 2019.
- GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da lei 10.639/03 no contexto das políticas públicas em educação. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana. (orgs.). **Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009. p. 39-74. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/02/1012.pdf> Acesso em: 15 jan. 2019.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: sabres construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica**: como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

Artigo submetido em: 29/11/2019.

Aceito em: 31/12/2019.

UFCA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI

Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Mestrado Profissional em Biblioteconomia



Este periódico é uma publicação do [Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia](#) da [Universidade Federal do Cariri](#) em formato digital e periodicidade semestral.